

Pronunciamento para a sessão 29.05.2015.

Amigas e amigos,

O dia 18 de maio instituído como o **“Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”** foi aprovado a partir da Lei Federal nº. 9.970/2000. A data foi escolhida porque em 18 de maio de 1973, em Vitória (ES), um crime bárbaro chocou todo o país e ficou conhecido como o “Crime Araceli”. Esse era o nome de uma menina de apenas oito anos de idade, que foi raptada, drogada estuprada, morta e carbonizada por jovens da classe média alta daquela cidade. Esse crime, apesar de sua natureza hedionda, prescreveu impune.

Quarenta e dois anos depois do crime que motivou a sociedade civil a criar um grande movimento na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, que culminou com a criação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, estamos aqui nesta sessão especial para ainda denunciar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e pensar ações de combate e superação deste câncer social.

Agora pouco realizamos um ATO SIMBÓLICO. Plantamos flores. Trouxemos para este cenário, aquelas que são protagonistas, o motivo de todo o nosso cuidado e preocupação: as crianças, representando a delicadeza, a fragilidade e sobretudo o cuidado que nós adultos temos que ter com elas. Portanto, fica a mensagem da campanha de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes: Faça bonito! Façamos bonito, cuidemos de nossas crianças!

**Mas infelizmente o que nos traz aqui, é o que nos indigna. Quero aqui relatar dois casos de abuso sexual de crianças e adolescentes recentes e que deixaram a população goiana estarrecida:**

**1) No final do mês de abril, os pais das cinco crianças que foram vítimas de abuso sexual em Piracanjuba, no sul de Goiás, foram novamente presos pela Polícia Civil suspeitos de aliciar os próprios filhos para prostituição.**

Eles cobravam valores entre R\$ 14 e R\$ 100 para que as crianças fossem levadas a casas e chácaras, onde seriam vítimas de estupros e atos libidinosos, afirmou o delegado Vicente de Paulo, responsável pelo caso.

O irmão mais velho das vítimas, de 17 anos, foi apreendido suspeito de abusar dos menores com a conivência dos pais.

As vítimas – quatro meninos de 7, 10, 12 e 14 anos, e um menina, de 5 – foram levadas para um abrigo e estão sob a responsabilidade do Conselho Tutelar.

Segundo a investigação, o adolescente de 17 anos começou a abusar do irmão, de 14, há pelo menos 10 anos. No entanto, o menor só começou a ser investigado por outros delitos há cerca de um ano.

Durante essa apuração, a polícia recebeu a denúncia de que ele também estuprava os irmãos. Por isso, uma equipe do Conselho Tutelar foi designada para acompanhar sigilosamente a família. Foram comprovados não apenas os atos sexuais, mas também a omissão dos pais.

**Exame:** "A conselheira, junto com a mãe, levou a criança menor, de 5 anos, a um médico legista. Lá, ele comprovou que a menina havia sido violentada.

## **2) Também no mês de abril vimos estarecidos a imprensa denunciar os casos envolvendo meninas e adolescentes da comunidade Calunga.**

Dentre as várias manchetes de diferentes meios de comunicação de Brasília e de Goiânia, o portal de notícias da Agência Brasil, apurou que os casos de abusos de crianças calungas acontecem há mais de 20 anos.

No dia 20 de abril estivemos na audiência pública realizada na cidade de Cavalcante, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, onde cerca de 300 pessoas acompanharam os pronunciamentos de autoridades e depoimentos dos moradores locais, sobre as denúncias de abusos e exploração sexual de crianças da Comunidade Quilombola Calunga. Segundo líderes comunitárias o trabalho doméstico e a exploração sexual de meninas quilombolas ocorre há mais de duas décadas. Muitas das que denunciaram, também foram vítimas de trabalho infantil doméstico e de abuso sexual. De acordo com depoimentos, “Existe uma rede de aliciadores que traz meninas

quilombolas para Cavalcante, Goiânia e Brasília. Temos recebido na comunidade meninas que fogem das cidades e relatam uma série de violências que sofreram.”

O delegado Diogo Luiz Barrera que estava à frente dos casos disse que, desde janeiro deste ano, foram concluídos dez inquéritos policiais sobre abusos e exploração sexual de crianças em Cavalcante. Um deles resultou na prisão de um dos acusados. “Em outro inquérito, já concluído, temos todos os indícios necessários para a prisão de um político local, mas até agora não obtivemos a autorização judicial”, informou o delegado.

**Estes dois casos ilustram** a urgência que temos em enfrentar os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso estado. E é por isto que como presidente da Comissão de Segurança Pública e vice-presidente da Comissão dos Direitos da Criança e Adolescente, e ainda com toda a minha experiência enquanto delegada de polícia, não pude fugir da responsabilidade de enfrentar tais problemas de frente, sem demagogia, mas com muita vontade que as investigações sobre estes e outros casos que assolam nosso estado sejam investigados e os culpados punidos.

**Quero aqui fazer uma prestação de contas de todas as minhas ações feitas em relação a gravíssima situação que assola a comunidade Calunga.**

Após a minha participação em audiência pública, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, que aconteceu na cidade de Cavalcante, no dia 20 de abril, apresentei vários requerimentos na Assembleia Legislativa e fiz visitas ao delegado geral, João Gorski, solicitando o reforço de policiais femininas para ouvir as vítimas, de carro traçado, para que os policiais possam enfrentar a distância e os obstáculos da região onde situa-se o quilombo. Além disso, pedi uma atenção para com o prédio da delegacia, que está necessitando urgente de uma reforma; também estive com o secretário da Segurança Pública Joaquim Mesquita, de quem solicitei a presença de um psicólogo forense para atender as vítimas e pedi agilidade nos laudos periciais e reforço no policiamento ostensivo, já que o Conselho Tutelar daquele município foi arrombado, e documentos referentes as denúncias de abuso sexual foram subtraídos da sede. Partes destas solicitações foram atendidas. O carro traçado foi disponibilizado a Polícia Civil e policiais femininas

foram deslocadas para a cidade, na tentativa de reforçar o trabalho de investigação.

Fui convidada a participar de audiência pública em Brasília para falar sobre os casos de abusos ocorridos na comunidade Calunga, pela Comissão de Direitos Humanos e demais minorias, da Câmara Federal. No dia 06 de maio, fiz um relato de toda a situação de abandono em que se encontra a comunidade, no que diz respeito a garantia dos mínimos direitos, como os direitos das crianças e adolescentes a uma vida segura, sem violência.

No dia 18, recebi a visita da senadora Lúcia Vânia, que nos ouviu atentamente e declarou que é desejo dela e do deputado federal Pedro Chaves, levar uma ponte para aquela região, que permitirá tirar a população do isolamento e levar mais benefícios.

No dia 19, em companhia do secretário Joaquim Mesquita, fui recebida pelo governador Marconi Perillo. Na oportunidade relatei ao governador todo meu esforço como presidente da Comissão de Segurança Pública, em levar ações para aquela região, que ajude nas investigações das denúncias. O governador recebeu o relatório entregue e determinou ao secretário Joaquim Mesquita que nos atendesse em nossas reivindicações. Ele adiantou que intensificará as ações nas áreas da Educação e Saúde para a população Calunga.

Esta semana fizemos uma visita ao procurador geral do Estado, Lauro Machado Nogueira, com o objetivo de solicitar do Ministério Público, um empenho, em colaborar nas investigações das denúncias que recaem sobre a promotora daquele município.

Mas nós não estamos envolvidos apenas no caso que envolve as crianças e adolescentes Calungas, que certamente não é uma questão simples e de pequenas proporções, até porque entendemos que qualquer que seja o caso que envolve abuso sexual de crianças e adolescentes, devem ser tratado com o rigor e a seriedade que merecem.

### **Projetos de lei e requerimento:**

Em plenária do dia 20 de maio, apresentei projeto de lei que torna obrigatória a fixação de cartazes com informações sobre o Disque Direitos Humanos – Disque 100 - em espaços de grande circulação, como

estabelecimentos comerciais, aeroportos, bancos, escolas, faculdades, hospitais, shoppings centers e terminais rodoviários.

A proposta de lei pretende conscientizar a população para a prevenção e o combate aos crimes ligados à pedofilia, como o abuso sexual e a exploração sexual. Nossa iniciativa também estimula a conscientização dos goianos em prol da defesa dos direitos da criança e do adolescente, especialmente o direito à saúde e à dignidade.

Na mesma sessão apresentei projeto de lei que institui a Semana Estadual de Conscientização e Divulgação do Disque Direitos Humanos (Disque 100), a ser realizada anualmente no período de 15 a 21 de maio. A ideia é que a semana integre o calendário oficial de eventos do Estado.

A proposta objetiva a conscientização da população, por meio de procedimentos informativos, educativos, palestras, audiências públicas, seminários, conferências ou congressos, a fim de que a sociedade discuta iniciativas de prevenção e combate aos crimes de pedofilia, como abuso e exploração sexual e pornografia infantil.

Entendemos que o conhecimento sobre o assunto é necessário para que as pessoas façam as denúncias de modo responsável e auxiliem na repressão legal ao crime, mas também que efetivem a prevenção, evitando que crianças e adolescentes sejam vítimas de estupro e exploração sexual.

No dia 26, apresentamos projeto de lei que institui o Sistema Estadual de Cadastro Preventivo ao Desaparecimento de crianças em Goiás, uma vez que no Brasil não existem dados oficiais que determinem a quantidade de crianças e adolescentes desaparecidos anualmente.

De acordo com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, desaparecem aproximadamente 40 mil crianças e adolescentes todos os anos, sendo que cerca de 15% dos casos não são solucionados. Em Goiás esses números não são diferentes e cerca de 20% dos casos registrados continuam sem solução, conforme publicação do ano de 2015, da Comissão da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa de Goiás.

O projeto de lei prevê a integração do cadastro à Rede Infoseg, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça.

Também apresentei no dia de ontem 28, projeto que propõe criação de cadastro estadual de crianças. Em todos os países e estados brasileiros existem programas e Goiás também necessita de um. Por isto, apresentei projeto que propõe a criação de cadastro estadual com todas as informações sobre a crianças goianas, como registro de nascimento, digitais e DNA. Este cadastro fará parte de cadastro nacional já existente e facilitará a identificação em qualquer local do País.

Apresentei ainda requerimento propondo a criação de vara especializada no atendimento a vítimas de crimes sexuais. Fundamental para dar celeridade às investigações destes crimes.

Quero aqui ressaltar outro problema tão grave como os que aqui trouxemos. É a violência contra adolescentes e jovens LGBTT. Na semana passada participamos aqui na TV Assembleia de um debate sobre homofobia e mais uma vez constatamos que a violência praticada contra esta população, é uma das mais cruéis, porque ocorre de forma silenciosa e assim como as crianças, parte mais vulnerável da sociedade, se dá em um espaço que deveria ser o espaço da proteção, do cuidado, que é o lar, a família.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que visa investigar denúncias de abuso contra crianças e adolescentes que foi criada na quarta-feira, 27/05, no Auditório Solon Amaral, fui designada vice-presidente . A princípio, a CPI deve concentrar seu trabalho nos municípios de Cavalcante e Hidrolândia, mas deve estender o seu alcance de acordo com as denúncias que chegarem ao seu conhecimento.

Conclamo, portanto, a população a colaborar com este trabalho, denunciando, propondo e monitorando o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que possamos fazer um trabalho de excelência e não simplesmente cumprir os trâmites burocráticos da casa. Que façamos a diferença!

Por todas as colocações aqui feitas, sei que a nossa luta é árdua, é cheia de obstáculos, é incessante, mas é também uma luta travada por muitas pessoas, por muitos grupos, que se fortalecem a partir da união de todos. Quero dizer que, aqui na Assembleia Legislativa tenham certeza, serei uma defensora da causa das crianças e adolescentes permanentemente. Não me

esquivarei, não me furtarei das minhas responsabilidades, tenham certeza!  
Contem comigo.

Quero por último agradecer aos servidores desta casa, que prontamente nos atendem, colaboram para que possamos realizar ações como estas tão importantes e fundamentais para as nossas lutas e agradecer a cada pessoa da nossa equipe, do nosso mandato. Minha gratidão sempre!

Muito Obrigada!